



## ATA SUMÁRIA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA CGPEG/DILIC/IBAMA Nº 001/2017

**EMPREENDIMENTO / ATIVIDADE** Estudo de Impacto Ambiental – EIA e Relatório de Impacto Ambiental – RIMA referentes à Atividade de Perfuração Marítima na Área dos Blocos FZA-M-59 Bacia da Foz do Amazonas.

**PROCESSO IBAMA Nº:** 02022.000336/2014-53

**DATA:** 09.11.2017

**LOCAL:** Hotel Princesa Louçã- Belém - PA

Ao nono dia do mês de novembro do ano de dois mil e ~~dezesete~~, às catorze horas no Hotel Princesa Louçã, Avenida Presidente Vargas, número 882, Campina, Belém – PA, iniciou-se a Audiência Pública para discussão do Estudo de Impacto Ambiental – EIA e Relatório de Impacto Ambiental – RIMA para o licenciamento ambiental da Atividade de Perfuração Marítima na Área dos Blocos FZA-M-59, Bacia da Foz do Amazonas. A presente ata foi lavrada de acordo com os procedimentos definidos pelo IBAMA no Regulamento da Audiência Pública e em atendimento à Resolução CONAMA nº 09, de 03 de dezembro de 1987. A Audiência Pública foi presidida pelo Sr. Antônio Celso Borges, Coordenador Geral da Coordenação Geral de Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Marinhos e Costeiros –CGMAC/DILIC/IBAMA, tendo como secretário executivo o Sr. Alexandre d’Avignon, Coordenador da Coordenação de Licenciamento Ambiental de Exploração de Petróleo e Gás – COEXP/CGMAC/DILIC/IBAMA. A mesa foi composta, além do presidente e do secretário executivo, pelo Dr. Humberto Quintas, Diretor Jurídico da BP; e pelo Sr. Décio Maia, Diretor da AECOM; Rafael Albuquerque, representante da ANP. Após a execução do hino nacional, o presidente da mesa saudou os presentes e as autoridades indicadas em lista anexa, e explicou os pontos principais do regulamento da Audiência. Todos os membros da mesa se apresentaram. O mestre de cerimônia chamou o residente da mesa diretora o chamou o Sr. Alexandre D’Avignon, que às quatorze horas e vinte minutos fez uma explanação sobre o tipo de atividade que sujeita ao processo de licenciamento ambiental, os objetivos da Audiência Pública, o estado do processo em questão e sobre as ações do IBAMA decorrentes dos processos de licenciamento de petróleo no mar na região da Margem Equatorial Brasileira. O Sr. Alexandre D’Avignon também falou das etapas do processo desde o momento em que a empresa arremata o bloco no leilão da ANP, passando pela manifestação de interesse no processo de licenciamento ambiental pela empresa, até a concessão ou não da Licença Ambiental, tratando também do acompanhamento das condicionantes após emitida a licença. Alguns resultados de projetos oriundos de pós-licença foram apresentados como exemplos. A apresentação foi encerrada às quatorze horas e quarenta e um minutos. Após esta explanação, o Dr. Humberto Quintas representante da BP, às quatorze horas e quarenta e dois minutos iniciou a apresentação sobre as características operacionais, econômicas e ambientais do empreendimento, terminando a apresentação às quinze horas. O cerimonialista chamou Sr. Décio Maia, representante da empresa AECOM, que iniciou sua apresentação às quinze horas e um minutos, abrangendo o diagnóstico realizado na área de estudo e de influência do empreendimento, os impactos





e riscos ambientais previstos e descrevendo as propostas elaboradas para os projetos ambientais a serem implementados como medidas mitigadoras, compensatórias e de monitoramento, terminando às quinze horas e quarenta e dois minutos. Após as apresentações o presidente informou à plenária a disponibilidade dos estudos ambientais e pareceres técnicos na internet e que todas as perguntas e contribuições serão respondidas e incorporadas ao processo. Informou ainda que durante o intervalo representantes da empresa e do IBAMA estarão à disposição para sanar dúvidas dos participantes, orientando e qualificando as dúvidas para serem debatidas no momento subsequente, ou seja, durante a plenária. O presidente deu início ao intervalo às quinze horas e quarenta e três minutos. Ressaltou que, em atendimento ao disposto no Art. 11 da Resolução CONAMA Nº 001, de 23.1.1986, que os locais a seguir relacionados e indicados em cartaz fixados nas paredes do auditório foram encaminhados e disponibilizados o EIA/RIMA. Fez-se um intervalo de cerca de quarenta e três minutos e os representantes da BP e da AECOM foram convidados para compor a mesa dos debates. A audiência começou com o presidente abrindo a sessão às dezesseis horas e vinte e seis minutos, esclarecendo os aspectos do regulamento pertinentes à fase de debates e para as contribuições. O presidente saudou mais um grupo de autoridades presentes. Em seguida foi iniciada a sequência de perguntas escritas. A inscrição para os questionamentos orais foi encerrada às dezesseis horas e quarenta e dois minutos pelo presidente da mesa. A primeira pergunta escrita que abriu esta fase foi de Hugo Leonardo, que questionou se foi feito estudo de correntes marítimas na Guiana. Júlio Pelegrini, representante da Prooceano, respondeu que o modelo utilizado inclui estudos mais amplos que a área do território brasileiro, mas com enfoque especial a este; para a segunda pergunta afirmou que são estudados muitos cenários acidentais com centenas de cenários de correntes e no caso de um eventual acidente serão utilizados os cenários ambientais do momento do possível acidente. Hugo Leonardo replicou a pergunta querendo saber como será caso óleo vá para os outros países. O representante do Ibama informou que está sendo proposto um acordo com outros países e um dos motivos da licença da Total não ter sido emitida é a ausência deste acordo até o momento, Luís Pimenta da BP citou outros acordos internacionais para atendimento a emergências; afirmou ainda a tendência do óleo permanecer no mar, e que a BP atenderá às eventuais emergências em outros países; exemplificou ainda um simulado realizado na Guiana, mas que o mesmo não é o exigido no licenciamento. Camila perguntou porque os resíduos não são levados ao Amapá. Jader Moura perguntou como os resíduos serão levados de Soure para Belém. Valmir da Costa Pinho perguntou como serão levados os cascalhos para Belém. Anderson da BP afirmou que os resíduos serão levados para Belém e Ananindeua por Belém ser a base de operações e em função da disponibilidade de empresas que tratam estes, sendo que a empresa opta pela reciclagem dado que este resíduo tem valor agregado, possibilitando a geração de renda na região. Em relação aos cascalhos, não haverá transporte, serão descartadas no mar dentro dos padrões do IBAMA. E afirmou que não haverá resíduos em Soure. Valmir replicou querendo saber como e com quais embarcações serão transportados os resíduos. Anderson afirmou que serão transportados nas mesmas embarcações dentro dos padrões de armazenamento adequados. Jonas Pantoja afirmou que a BP quer matar o berço do Cabo Orange, prejudicando os ribeirinhos amazônicos. Raimunda Gomes de Oliveira quer saber como os pescadores podem participar dos royalties. Pedro José Ventura e José Carlos Barros perguntou o que a BP tem feito em relação a parcerias com o terceiro setor. O





representante da BP afirmou que a atividade será distante da costa e que não há previsão de royalties nessa fase do empreendimento e que ainda não tem licença que caso obtida será feita dentro dos padrões ambientais e de segurança. Completou afirmando que os royalties são na fase de produção e que a empresa não tem ingerência sobre como são distribuídos os mesmos, que a empresa apenas cumpre a lei. Fátima da BP respondeu que as parcerias com terceiro setor são pensadas com relação a sustentabilidade dos projetos e que o empreendimento da BP é de apenas cinco meses, não sendo previstos royalties nesta fase. Completou afirmando que a BP tem grande preocupação com educação e que realizou a exposição levada a diversos municípios para explicar a atividade do petróleo e que leva estudantes para estudar no estrangeiro sob determinados processos seletivos. Ventura replicou a pergunta afirmando que não fora contatado para audiência e que o estado ainda é carente de recursos e infraestrutura. Raimunda replicou a pergunta querendo saber quais serão os benefícios para os pescadores, afirmando que não há. Marcelo Ferreira da Costa perguntou se os cursos dos cardumes foram estudados e como são impactados. Luís Gutemberg Silva da RESEX Mestre Lucindo questionou porque não se explicou o que acontece se vasar óleo sobre a RESEX. Rosenildo dos Santos Melo quer saber se a pesca industrial vai fazer diminuir o estoque pesqueiro. Vania Pereira quer saber se o que acontecerá com os danos sobre as embarcações de pesca. Décio da AECOM respondeu que o curso dos cardumes foi estudado e está no estudo ambiental e que não são previstos impactos sobre os cardumes porque os fluidos e cascalhos estão restritos a área do bloco; e que a restrição de pesca atinge apenas a pesca industrial pois só ela chega ao bloco. Marcelo replicou que a área é importante para reprodução do mero e rota migratória da tainha e ainda que haverá alterações na pesca. Voyner, professora da UFPA, informou que os pescadores do Pará pescam na região do Cabo Orange, que os estudos devem se basear em dados pretéritos e que estes dados são inexistentes em relação ao desembarque pesqueiro; e que próximo a base de apoio haverá impactos sinérgicos com outros empreendimentos e que os acidentes não têm tanta visibilidade; quer saber quais os dados que foram baseados o estudo. Décio reforçou que o empreendimento está a 160 quilômetros da costa e três mil metros de profundidade, portanto não há previsão de impactos nos recursos pesqueiros costeiros; e quanto aos dados sobre os estoques pesqueiros há lacunas, mas informou que os dados levantados foram suficientes para a avaliação de impactos e suas fontes são citadas; e sobre os dados das áreas de pesca foram levantados diretamente com os pescadores. Voyner replicou que se os dados não são fidedignos, o estudo não é confiável e que ela como professora da universidade sabe que os dados sobre os recursos e estoques não estão disponíveis e que, portanto, não haverá como prever os impactos. Décio afirmou que o estudo contempla esse assunto, parte elaborada pelo IEPA, e ainda ressaltou a robustez dos dados apresentados, que incluem dados primários e secundários. Gabriel, analista ambiental do IBAMA, pediu a palavra e comentou que quem elabora o estudo é a consultora ambiental contratada pela empresa BP. Disse que foi constatada lacunas com relação ao tema da pesca nos estudos apresentados, mas que estes não devem ser descartados, e ainda a importância da identificação dos possíveis impactos. O analista ambiental Alexandre lembrou que o EIA não é um estudo científico, e sim baseado neste. Citou o exemplo de dados solicitados pelo IBAMA no âmbito do baseline, e ainda a complexidade no levantamento de alguns dados de quantificação de cardumes, enfatizando que projetos dessa natureza tem outro objetivo e complexidade e não devem estar no âmbito do EIA.





Enfatizou que órgãos de pesca devem cumprir a tarefa de quantificar os estoques pesqueiros, e que esta cobrança deve ser feita por pescadores, exigindo a realização de projetos que auxiliem a atividade. Ressaltou que o EIA deve avaliar impactos, e que projetos como estes vão além do escopo do estudo. D'Avignon, secretário da mesa, lembrou que os participantes têm até dez dias para contribuir formalmente com informações sobre a região. A professora Voyner teve sua tréplica, sintetizou dizendo que o estudo de impactos está baseado em dados que não existem, e logo devido a fragilidade, esses dados não podem contribuir com a avaliação dos impactos. Alexandre lembrou do projeto de desembarque pesqueiro que faz parte do conjunto de projetos que podem ser solicitados no âmbito do licenciamento, que a fala da professora será registrada e também poderá ser feita uma contribuição em até dez dias com relação ao assunto, e os analistas avaliarão a necessidade do desenvolvimento do Projeto de desembarque pesqueiro para a região. Décio respondeu que não foi identificado impacto na RESEX Mestre Lucindo, assim como não há impacto em nenhuma outra RESEX da região. O Sr. Gutemberg em sua réplica indagou a razão de estar na audiência já que não foi identificado impacto na RESEX. Mostrou preocupação de possíveis impactos no recurso pesqueiro em caso de vazamento de óleo na região, querendo saber como serão tratados os pescadores e comunidades ribeirinhas caso isso ocorra. Em sua fala exigiu que os pescadores sejam incluídos em projetos que os ressarçam em caso de danos na pesca. Sr. Tiago Almeida teve foi respondido pela Fátima, representante da BP. Esta falou sobre o canal de comunicação aberto entre empresa e pescadores para que estes informem qualquer tipo de prejuízo com relação aos seus equipamentos de pesca, assim como dúvidas e outras solicitações. Na réplica de Thiago, este perguntou como ficará o pescador no tempo em que ele não puder pescar por conta de um eventual prejuízo dos equipamentos de pesca. Fátima respondeu que nesse caso será feita uma avaliação do ocorrido para que posteriormente sejam tomadas as devidas providencias. Carmem perguntou de que forma serão as parcerias com instituições das comunidades. Fátima da BP informou que nesta atividade de curta duração não haverá parcerias, apenas se houver produção. Carmem replicou querendo saber qual a participação das comunidades nos projetos ambientais previstos no licenciamento. Fatima respondeu que o PEAT é destinado aos trabalhadores do empreendimento. Carmen afirmou que a presença na audiência é apenas para serem comunicados do empreendimento, pois não podem influir. O representante da BP afirmou que a presença da sociedade é para participar e reivindicar suas opiniões através dos canais informados; e que não acha adequado fazer promessas sendo que a possibilidade de encontrar óleo é incerta, portanto não sabe se permanecerá na região após os cinco meses do empreendimento. Antônio Gomes Evangelista perguntou quais as garantias dadas pela empresa em caso de acidente. Lucideia Carvalho quer saber quais os impactos sobre os pescadores em caso de acidente. Pedro José Ventura quer saber o tempo para contenção em caso de vazamento. A resposta não pode ser registrada nesta ata, devendo ser consultada no registro visual e na transcrição. Ariane Silva quer saber se o Ibama analisou a possibilidade de impactos de vazamentos sobre os ribeirinhos. Thiago Almeida quer saber quantos poços perfurados pela BP na Foz do Amazonas tiveram acidentes mecânicos e o volume vazado em Macondo, e ainda se teve algum acidente nos poços perfurados pela BP na foz. Será criado algum centro de reabilitação de fauna marinha na região. Alexandre do IBAMA afirmou que o risco de derramamento existe e caso haja um acidente haverá necessariamente o monitoramento de desembarque pesqueiro, mas





as modelagens indicam que se o poço vasar não haverá toque na costa brasileira, e que há preocupação com os organismos que habitam o fundo marinho e que são avaliados os impactos. Neste momento foram abertas as perguntas orais para os participantes do município de Colares pois precisam se retirar antecipadamente. Pedro Deodato perguntou o que a BP apresenta para garantia dos pescadores de Colares, que dependem dos recursos costeiros. Lucilene de Souza perguntou se a mão de obra utilizada na perfuração será da região ou de outros estados. O representante da BP ressaltou que a plenária faz parte do processo de licenciamento de uma atividade que será muito curta, e que caso haja produção, outro processo de licenciamento será aberto, e outra audiência será feita, para tratar de uma atividade de produção. Relembrou que esta fase trata apenas da identificação de óleo ou não no poço, o que não garante a produção na região e que nesta fase não haverá contratação de mão de obra na região. Em caso de produção, pode ser que haja uso de mão de obra local. Havendo um projeto mais permanente de produção, a empresa se compromete em utilizar mão de obra local. O representante da BP direcionou sua resposta ao Thiago Almeida, informando que não houve nenhum acidente nos três poços perfurados na região, e que não se constatou óleo comercial nesses poços, devolvendo-os para o governo. Sr. Antônio Gomes Evangelista e Sr. David Ventura e Sr. Hugo Souza, que perguntaram sobre respostas aos acidentes e garantias para os impactados. O representante da BP, falou sobre a CONAMA que trata das simulações da deriva de óleo, e lembrou que a BP tomará suas providências se necessário o mais breve possível, e ressaltou que a empresa presa pela prevenção. O Sr. Pimenta tomou a palavra e falou do PEI, suas embarcações de apoio e os recursos contidos nestas para uma resposta de emergência em caso de acidentes. Lembrou que esse plano é analisado e aprovado pelo IBAMA antes da emissão da licença. O representante da BP, se mostrou solidário com relação ao acidente na barragem de resíduos em Mariana, porém não pode comentar o que aconteceu neste caso, uma vez que o ramo da BP não é o de mineração. Enfatizou a preocupação da BP com a prevenção de acidentes, se comprometendo a perfurar o poço, alvo de licenciamento ambiental, de acordo com as leis vigentes e as normas de segurança da empresa. O representante de segurança da BP falou sobre o planejamento do projeto do poço, e que todas as falhas ocorridas em poços já perfurados são consideradas no planejamento dos novos poços. Disse também que foram abandonados 17 poços na Foz do Amazonas por problemas técnicos, que incluem falhas geológicas ou problemas no poço. Thiago Almeida em sua réplica, citou uma estática encontrada no site da ANP sobre abandonos do poço e pediu mais comentários a respeito do acidente de Macondo. O representante da BP tratou sobre aspectos técnicos de embarcações de perfuração para responder as perguntas. O Sr. Rafael da ANP, responsável pela segurança operacional, falou de uma resolução que trata sobre o abandono de poços, que exige práticas mínimas antes do abandono de poços, com o intuito de evitar acidentes. O representante da BP falou das lições aprendidas pela BP e por todas as outras empresas, além das reguladoras de petróleo, com o acidente ocorrido em Macondo, e nas medidas de segurança criadas após o ocorrido. Pimenta disse que o vazamento ocorrido em Macondo foi de 4,5 milhões de barris de óleo. Lembrou que o poço no golfo do México já estava em fase de preparação para produção, enfatizando que o bloco na Foz do Amazonas ainda está em fase de exploração, com características diferentes, considerando a ocorrência ou não de óleo, e que a vazão utilizada para pior caso foi de nove mil barris por dia, considerando 30 dias de vazamento. Décio relembrou que em caso de vazamento de óleo, de acordo





com as modelagens, não há probabilidades de toque na costa. Sobre o centro de reabilitação de fauna marinha, objeto da pergunta do Sr. Hugo Souza, Pimenta falou do programa que trata da interação da fauna com a atividade, e lembrou do projeto com especialistas de universidades locais em fauna, incluindo capacitação destes, para que em caso de acidentes os animais sejam reabilitados. Passado para o próximo bloco de perguntas, Jorge Gabriel dos Santos pergunta qual o número necessário de especialistas para liberar uma licença, e quantas licenças já foram negadas pelo IBAMA. Antônio Borges informou que equipe de análise do empreendimento conta com sete analistas no momento, e que o processo de licenciamento ambiental da Total ainda não foi concluído. Foi dado início ao bloco de perguntas orais. O Sr. Bira Barbosa, prefeito de Chaves, abriu essa etapa enfatizando a importância do conhecimento da região, e que em caso de acidente Chaves será impactada, e lamentou não ter sido convidado para participar da audiência ou de qualquer etapa do licenciamento, e consequentemente, não ser incluído em qualquer projeto ambiental que será executado pelo empreendimento. O Sr. Antônio Borges interrompeu o Sr. Bira para lembrar do limite de três minutos para elaborar a pergunta. O Sr. Bira continuou suas considerações em torno de sua preocupação. Mostrou ter recebido um documento do Fórum de Entidades Empresariais do Pará, que em seu texto trata de uma quantidade de barris de petróleo esperado para a região, e solicita a inclusão de Chaves na área de influência dada sua proximidade com outros municípios que estão na área de influência. Ele pediu uma reunião em sua cidade dando oportunidade de abertura de um fórum local de discussões. Sr. Antônio Borges lembrou que o edital foi aberto de acordo com a CONAMA, para solicitação de audiência pública, e que o município de Chaves não se manifestou. O Analista ambiental Gabriel lembrou que de acordo com os critérios para definição da área de influência, o município de Chaves não foi incluído, e por sua vez não recebeu os estudos de impacto ambiental. O analista passou a palavra para a empresa consultora AECOM comentar os critérios para definição da área de influência. O Sr. Alison, empresa Habitec Mott MacDonald, lembrou que os municípios do Amapá entraram na área de estudo, e que em Chaves houve coleta de dados, incluindo entrevistas. No estudo de impacto ambiental foi identificado que os pescadores de Chaves pescam na região do Cabo Orange, porém para os critérios utilizados para definir a área de influência, tais como municípios impactados pela rota de embarcações, base de apoio ou receptores de resíduos, Chaves não se qualificou em qualquer uma delas. O Analista Ambiental Gabriel relembrou que o processo de licenciamento ainda está aberto, e a área de influência ainda pode ser revista. Lembrou também que estar incluído na área de influência não é garantia de recebimento de qualquer benefício, apenas garantia de que receberão informações sobre a atividade. Em sua tréplica o Sr. Bira mostrou preocupação, pois pensava ter identificado que a ilha dos Camaleões está marcada no estudo como área de influência do empreendimento, e que esta ilha supostamente faz parte do seu município. O representante jurídico da BP, lembrou que em caso de produção, através de critérios do IBGE, municípios que agora não estão incluídos na área de influência podem no futuro ser beneficiados por eventuais royalties. Passou a palavra para a especialista Érica do IEPA, que informou ter visitado diversas comunidades, elaborando mapas de acordo com as informações levantadas em campo, lembrando que os mapas elaborados estão disponíveis para consulta. O Sr. Bira convidou novamente o IBAMA e a empresa empreendedora a visitar seu município e realizar uma reunião técnica. Valdenise Santos, presidente da associação de pescadores





de Maracanã, mostrou preocupação com relação a esta perfuração, e espera que o empreendimento traga melhoras para a vida dos pescadores e moradores da região. Pediu que a categoria dos pescadores não seja desprezada, lembrando que boa parte dos paraenses vivem da pesca. Constatou também que não havia nenhum analista do IBAMA do Pará presente na audiência. Aproveitou a plenária para expressar toda sua indignação com relação ao atual cenário político do país. O Sr. Antônio Borges informou que todos os analistas da coordenação hoje se encontram lotados no Rio de Janeiro. Paulo Faiad do ICMBio perguntou a respeito do volume de óleo utilizado para o cenário de blowout, se o Ibama faz modelagem e porque o vazamento na rota não consta no RIMA. Thamiris, do Ibama afirmou que o Ibama não roda o modelo, mas avaliam diversos dados meteoceanográficos utilizados. A respeito do volume, ele é baseado na geologia e que a empresa pode explicar melhor as características que justificam o volume tão diferente de Macondo. Em relação às embarcações de apoio não foi solicitado a modelagem na rota, mas sim prever o impacto e garantir o atendimento a esta emergência. Vander representante da BP afirmou que o reservatório do Prospecto de Macondo não é semelhante as condições da geologia regional. Nelson Bastos de Salvaterra perguntou porque só há previsão de impacto sobre a pesca industrial e como as questões identitárias regionais estarão presentes no debate e que deve ser feito um referendo se os povos amazônicos querem ou não este tipo de empreendimento; informou sobre um estudo etnográfico sobre os territórios pesqueiros da região de Barcarena. Décio da AECOM informou que o impacto sobre a pesca artesanal está previsto sobre a rota das embarcações, mas que não há restrição a navegação. O Sr. Antônio Roberto Vasconcelos de Barcarena mostrou indignação pelo fato do processo ser licenciado por analistas de outro Estado e falou sobre as fortes correntes no local, mostrando preocupação com o plano de contingenciamento de vazamento de óleo que poderia ser prejudicado pela forte hidrodinâmica local. O Analista do IBAMA José Eduardo falou a respeito da exigência do IBAMA dentro do PEI do exercício de simulação de vazamento de óleo. O Sr. Luís Ercílio da UFPA falou de estudos feitos na plataforma sedimentar do Amazonas com embarcações americanas e membros da UFPA, e afirmou que a plataforma do Amazonas não tem o tamanho apresentado nos mapas do estudo e que ainda não há condições de desenvolvimento de corais nesta região, devido à grande quantidade de lama na região. Enfatiza seu questionamento com relação ao mapa apresentado e ao artigo utilizado como referência bibliográfica no EIA. Décio disse que o mapa apresentado foi retirado de um artigo de Moura e diversas outras publicações compiladas. Completando que o professor tinha razão sobre a impossibilidade de formação de corais na região, e que o termo utilizado foi formação recifal, tecnicamente considerado outro tipo de formação. D'Avignon afirmou conhecer Moura e a seriedade do seu trabalho. O professor Luís disse não estar duvidando da competência do profissional que elaborou o estudo, porém solicita a inclusão de novas fontes oficiais. Otávio do Canto, professor da UFPA e membro do conselho da APA Algodão e da RESEX Mãe Grande Curuçá, preocupado com a complexidade do sistema Foz do Amazonas e considerando as incertezas do estudo indaga o porquê de não negar a licença, e ainda o motivo de não haver um programa de desenvolvimento regional. O Sr. Antônio Borges disse concordar com o debate proposto, mas que o âmbito de discussão que considera estratégias energéticas é em outro nível de governo. Uemerson Moreira relatou o acidente da plataforma da Brasdril em 2011 no qual esteve presente em que a plataforma esteve à deriva por vários dias à espera de resgate da





empresa. Também se mostrou preocupado com a correnteza no local e perguntou se haverá um helicóptero para prestar socorro rápido em caso de acidente. O Sr. Júlio da Prooceano falou dos levantamentos dos dados em campo e das medidas adotadas de monitoramento das correntezas ao vivo em caso de acidentes. O representante da BP informou que conta com as forças aéreas brasileiras e que também conta com aeronaves para resgate e outra para troca de turno. Jonas da Costa Pantoja representante do Instituto Socioambiental Progresso perguntou a nacionalidade da empresa BP, e imediatamente foi respondido pelo representante da BP. Sr. Gustavo Moura perguntou a respeito dos pedidos de audiência pública protocolados em Altamira e em Soure para a realização de audiências em Soure e Salvaterra, além de outros municípios. Afirma que foi registrado nesta audiência por representantes do Ibama e da BP que os dados apresentados são inconsistentes e os estudos apresentam as mesmas limitações que levou a suspensão da licença da Total e que portanto espera que neste caso seja dado os mesmos encaminhamentos. Solicita que sejam revistos os dados inconsistentes contidos no estudo. Disse também que de acordo com dados obtidos por contato com pescadores artesanais, muitos pescadores da região pescam próximo a plataforma. Disse também que há um estudo no prelo que diz que a formação recifal encontrada na região tem cinco vezes o tamanho que mostra o mapa apresentado no estudo. Perguntou também se em caso de vazamento será utilizado dispersante, se sim, qual tipo. Solicita também a revalidação dos mapas falados contidos no estudo. Perguntou se foi levado em consideração o Decreto 6.040, que regulamenta a OIT 169, que trata dos territórios pesqueiros tradicionais. Perguntou também a respeito dos passivos ambientais e dos impactos sinérgicos das embarcações de apoio sobre o canal do porto. Alison da Habtec Mott MacDonald explicou como se dá o levantamento metodológico das informações do estudo. Informou que é utilizada a metodologia "bola de neve", onde através de entrevistas direcionadas com pessoas que conhecem a região são levantados os dados necessários, com ajuda destes pescadores. Lembrou que é feita a diferenciação entre pesca artesanal e pesca industrial. E que embarcações de pesca artesanal não teriam capacidade de chegar em áreas próximas a plataforma. Relatou também que podem haver pescadores artesanais embarcando em embarcações de pesca industrial, descaracterizando a atividade como artesanal. Sobre a resolução da OIT, Alison informou que neste caso não se aplica, já que não há impacto sobre território das populações tradicionais. Décio comentou sobre o sistema recifal e a possível abrangência do mesmo. Disse que até o momento as informações coletadas são as contidas no estudo. E foram feitas coletas de dados primários na região do bloco. Paula responsável pelo levantamento de dados do baseline, informou terem sido levantadas imagens na área de sete blocos na Foz do Amazonas, e que em nenhuma das imagens feitas foram encontradas fundos carbonáticos ou outros tipos de fundo com predominância de animais. O Sr. Pimenta da BP disse que o uso de dispersantes é considerado na resposta a emergência, e informou que existem critérios para o uso do dispersante de acordo com normas da empresa alinhados com a CONAMA. Completou que depois do acidente de Macondo as técnicas de uso de dispersantes foram aprimoradas. E ainda mencionou alguns itens da CONAMA que determinam as condições de uso de dispersantes. O analista ambiental Gabriel lembrou que no parecer técnico em resposta ao EIA existe uma proibição do uso de dispersantes na região dos corais. Lembrou também da importância em considerar o impacto na rota de embarcação. Completou dizendo que em caso de produção essa rota de embarcação será





incrementada com mais viagens, e isso pode resultar na perda de área de pesca, como já ocorrido na Bacia de Campos. O analista solicitou que seja protocolado qualquer conteúdo que trate de pesca artesanal na região da plataforma, e ressaltou a importância destas informações para o estudo, mas que até o momento nada referente ao tema foi registrado. Explicou também que foi considerado que a audiência pública em Belém atenderia moradores de Soure. Em sua réplica o Sr. Gustavo Moura mostra sua preocupação com relação a confiabilidade dos dados apresentados nos estudos, como por exemplo a afirmação de que quilombos em Barcarena não tem localização precisa. D'Avignon pediu para que o estudo dos recifes citados fosse protocolado. Alan Rodrigues Amorim da prefeitura de São João de Pirabas relatou que a empresa BP que contratou o transporte estava exigindo que as pessoas fossem embora. Em suas palavras exigiu que o IBAMA não liberasse a licença. Disse que as reuniões em seu município foram insatisfatórias e que não teve acesso aos estudos. Propôs que fossem escolhidos representantes para um monitoramento in loco sobre o uso do maretório e que seja protocolado pedido no MPF. Niércio Bastos registrou desacordo com a necessidade dos pescadores terem que ir antes do fim da audiência. Afirmou que o impacto pelas embarcações de apoio é significativo e mesmo por cinco meses pode interferir nos estoques e afetar as comunidades que dependem destes recursos, portanto deve ser considerado. Solicita que a empresa considere a possibilidade de levar algum benefício aos pescadores mesmo nesse período. Questionou o período muito reduzido de protocolo de documento, solicitando pelo menos vinte dias. O representante da BP afirmou que a necessidade de sair mais cedo se deu em função da segurança. Francine da Ecology afirmou que a saída mais cedo foi solicitada pelos participantes para não chegarem tão tarde em casa e que os ônibus aguardam a chegada de todos. O presidente da mesa acatou a solicitação de extensão do prazo, que será até o fim de dezembro, para protocolo dos documentos. Antônio Carlos Gomes, Sindicato Estadual de pescadores do Pará, perguntou se há algum paraense na mesa e diante da negativa mencionou que ele conhece a região por causa própria, dado que na condição de pescador conhece as marés, os pesqueiros e o movimentos das águas da área, reforçando que não há prever o que acontece caso ocorra um acidente. Disse que é favorável ao empreendimento, mas não do modo como está sendo proposto. Que o empreendimento pode afetar os pescadores por vazamentos de óleo. Que caso a licença seja concedida o Sindicato pode entrar na justiça contra os gestores do Ibama. Edmir Amanajás, oceanógrafo e antropólogo pela UFPA, afirmou que o prazo para perfuração das empresas com a ANP está se esgotando; que há diversos estudos oceanográficos sobre a região que não foram considerados; que contesta a utilização de referências evidenciadas utilizadas no EIA/RIMA, pois nas escolhidas não constam dados recentes de pesquisas regionais; que estudos da professora Lourdes sobre a pesca a mais de cem quilômetros não foram considerados; e que questiona os dados utilizados no estudos e não os aceita como válidos; que acredita que na realidade já se sabe que há petróleo, e informou que a pesca considerada industrial muitas vezes é realizada por embarcações pequenas e questiona se isto foi considerado no estudo; questiona como as universidades e institutos da região estão participando da elaboração dos estudos e dos projetos de monitoramento; contesta quais referências estão sendo consideradas nos estudos de modelagem, sobre por exemplo as correntes profundas e a presença e dispersão de óleo na coluna d'água e sua dispersão na superfície; como foram elaborados e como foram analisadas pelo Ibama a questão da água de lastro que consta na apresentação da empresa mas que não está





identificada nos estudos ambientais; que municípios que não estão na linha de costa mas que tem áreas de pesca na rota não foram incluídos no estudo, como São João da Ponta; contestando de maneira geral o estudo e a apresentação de dados que não constam nos documentos oficiais disponibilizados no estudo. O representante da HTMM afirmou que existe um capítulo sobre a pesca industrial e que foram identificadas frotas industriais com técnicas similares à artesanal e considerou estas características no estudo; sobre os municípios não considerados costeiros será feita a avaliação, assim como no caso do Santarém Novo, mas que no estudo se utilizou a definição do IBGE de municípios costeiros para definição da área de Estudo. O representante da Prooceano afirmou que o estudo considerou os dados da superfície e coluna d'água através de vários estudos de diversos países; que a modelagem é feita a partir do fundo no caso destes empreendimentos; que a permanência do óleo no fundo depende das características do óleo e do volume, sendo ela avaliada também, especialmente por conta dos recifes; que as diretrizes são seguidas e que os modelos são os melhores utilizados no mundo. Décio da AECOM afirmou que de fato não estão incluídas todas as publicações pois o licenciamento é dinâmico e que as revisões incorporam as publicações mais recentes, tornando o estudo mais atualizado. Edmir solicitou que o Ibama se posicione em relação a base de dados utilizada pela empresa e a empresa sobre as parcerias com universidades, apontando a ausência de paraenses na geração de dados e propostas de monitoramento, visando o controle social. O secretário da mesa afirmou que o licenciamento é dinâmico e que os analistas do Ibama estão questionando os dados e recebendo as complementações nas revisões. Orlando Lobato da Federação de Pesca do Pará reforçou os argumentos da comunidade acadêmica apresentou na audiência a respeito da qualidade dos estudos ambientais e afirmou que contesta a definição de que somente na produção deve haver compensação aos pescadores, e que o processo entre exploração e produção não pode ser desconectado. Solicita que seja recomendado pelo plenário que sejam propostas ações estruturantes, não como compensação, mas condicionar por exemplo a implementação de hospitais de média e alta complexidade nas regiões, projetos de empreendedorismo, de verticalização da pesca artesanal. Considerou que apesar de o relatório não indicar ter pesca artesanal na área do bloco, a área pode ser relevante para o ciclo reprodutivo dos estoques pesqueiros. Solicitou que seja criado um comitê acadêmico científico social, com participação da comunidade acadêmica do estado e entidades de representação, para contrapor e contribuir os estudos ambientais do empreendimento. O Analista Ambiental Gabriel colocou que é positivo a agregação de informações ao processo, acrescentou também que o Greenpeace elaborou um estudo com diversos pesquisadores que foi protocolado no âmbito do processo da empresa Total, considerado nas análises. Voyner da UFPA considerou que o pescador artesanal será afetado diretamente uma vez que em caso de vazamento estuários podem ser atingidos prejudicando o estoque pesqueiro e registrou seu desacordo com os dados apresentados no EIA, contestando-os. E questionou o prejuízo decorrente de arriscar uma profunda alteração nas vidas das pessoas da região. O presidente informou que se encerraram as perguntas orais e a fase de debates. No total foram feitas setenta e duas perguntas, sendo trinta e duas orais e quarenta escritas. Três documentos foram protocolados durante a Audiência Pública. A Audiência Pública contou com a presença de setecentas e sessenta e três participantes. O presidente fez suas considerações finais e, às vinte e uma horas e vinte minutos, considerou válida e encerrada a Audiência Pública para discussão do Estudo de Impacto Ambiental – EIA e





Relatório de Impacto Ambiental – RIMA para o licenciamento ambiental da Atividade de Perfuração Marítima na Área do Bloco FZA-M-59, Bacia da Foz do Amazonas, ao nono dia de novembro de dois mil e dezessete. Lavraram esta Ata os Analistas Ambientais da CGPEG/IBAMA, Thamiris da Silva Soares e Gabriel de Albuquerque Carvalho que assinam com os demais representantes:

*Ficício Maia*  
AECOM

*Vagner Pereira Patric* - UFPA/ICB

*Thamiris S. Soares*  
Thamiris S. Soares (Env. Foz do A.)

*Thamiris S. Soares*  
Thamiris S. Soares  
Analista Ambiental-Matr. 2077012  
Coordenação de Exploração  
CGPEG/DILIC/IBAMA

*Hugo Leonardo Santor de Souza*  
Quirino Henrique Pantoja Lobo

*Raimunda Gomes de Oliveira* - FETA

*Carlos Dalt* - FETA

*Marcelo Pires Correia*  
UFPA

*Adriano Gomes de Jesus*

*Flávio Vinício N. F. Silva*  
Mestre/Engenheiro

*Antônio Celso Junqueira Borges*  
Coordenador Geral  
CGMAC/DILIC/IBAMA  
ATA SUMÁRIA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA COEXP/CGMAC/DILIC/IBAMA Nº 001/2017  
Matrícula: 1423965

*Gabriel de Albuquerque Carvalho*  
Gabriel de Albuquerque Carvalho  
Analista Ambiental-Matr. 2082252  
Coordenação de Exploração  
CGPEG/DILIC/IBAMA

*Assinatura*